



Universidade de Brasília

THIAGO FILIPE LIMA NAVARRO

**O DESPORTO COMO VEÍCULO DE TRANSFORMAÇÃO
SOCIAL E PROMOÇÃO DE CIDADANIA**

Brasília, 2017

**O DESPORTO COMO VEÍCULO DE TRANSFORMAÇÃO
SOCIAL E PROMOÇÃO DE CIDADANIA.**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília
como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política.

Brasília, 2017

THIAGO FILIPE LIMA NAVARRO

**O DESPORTO COMO VEÍCULO DE TRANSFORMAÇÃO
SOCIAL E PROMOÇÃO DE CIDADANIA.**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência
política da Universidade de Brasília como requisito
parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política.

Brasília, 29 de junho de 2017

Comissão Avaliadora:

Dr. Aninho Mucundramo Irachande

Professor Orientador

Dr. Thiago Trindade

Professor-Examinador

Dr. Graziela Dias Teixeira

Professora-Examinadora

DEDICATÓRIA

À Deus, que sempre foi meu guia e protetor, à minha família, que nunca negou seu incondicional apoio em meio a esse desafio, à minha namorada, que em muito contribuiu para que eu chegasse até aqui, e aos meus amigos do peito a quem sempre me dirijo frente às dúvidas.

AGRADECIMENTO

Ao meu orientador, prof^o Aninho Mucundramo Irachande, pelas orientações, paciência, atenção e prontidão durante a elaboração do projeto e do curso.

À minha família que sempre, esteve presente em todos os momentos, dando o apoio necessário.

Aos meus amigos queridos, que sempre servem de apoio e consolo em meio a qualquer momento.

Aos professores, que sempre se disponibilizaram à troca de conhecimento.

Aos meus colegas de curso, que sempre me serviram de exemplo.

Sumário

INTRODUÇÃO	1
Capítulo I – Panorama geral sobre Políticas Públicas	3
Capítulo III – As diversas dimensões do Esporte	18
O Esporte como Lazer	19
O Esporte como Negócio	20
O Esporte na manutenção da Saúde	22
O Esporte como ferramenta à Educação	24
O Esporte como mecanismo de inclusão social	25
Capítulo IV – Esporte e promoção de cidadania	28
CONCLUSÃO	38
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40

INTRODUÇÃO

Temos visto em diversas ocasiões, principalmente através dos veículos midiáticos tradicionais, a importância do esporte no contexto de vida das pessoas. Seja como oportunidade de melhoria de condições de vida, ou como mecanismo de inclusão, seu papel tem sido importante no fomento da cidadania, pelo fato das pessoas se colocarem em situação de igualdade, mesmo que através da rivalidade, através da convivência e compartilhamento de experiências. Dito isto, é interessante refletirmos sobre o que faz com que as pessoas exerçam essa plena cidadania. Seria o esporte um mecanismo de “cidadanização”, ou democratização? E se ele for, não seria interessante usá-lo como ferramenta contínua para tal fim? Quem sabe conseguiremos responder estas questões em breve.

O fato é que existe uma relação muito evidente entre esporte e inclusão. Essa relação parece ser vantajosa, pois demonstra que o desporto no âmbito geral é capaz de fomentar mudança de vida, bem como de comportamento. Por isso, este trabalho surge como um meio de se explicar quais são as características pontuais da aproximação entre desporto e cidadania.

Os objetivos deste trabalho são voltados à análise do esporte enquanto mecanismo de democratização e inclusão social, verificando qual lugar ocupa dentro das políticas públicas de Estado, se existem projetos específicos que indiquem seu papel na sociedade, e quais são os benefícios econômicos e sociais de sua utilização como ferramenta à sociedade. O desporto, enquanto atividade de negócio, de exercício físico e de competição, é um significativo veículo de transformação social e promoção de cidadania, independente do extrato social, raça, gênero e residência das pessoas.

Através da revisão de literatura acerca deste tema, e de reportagens variadas expostas nos campos virtuais, discutiremos sobre quais seriam as possíveis ações frente a essa realidade, e como os atores envolvidos contribuem em todo este processo. Ainda, buscaremos esboçar quais seriam as características de uma possível política pública para o desporto, e quais seriam seus elementos cruciais, que garantiriam que ela fosse igualitária, justa, abrangente e eficaz.

No primeiro capítulo, faremos um panorama geral sobre as políticas públicas, explicando suas características teóricas, e como elas se inserem na sociedade de acordo com suas naturezas.

O segundo capítulo trataremos do esporte além das políticas públicas e ação do governo, e como ele se sustenta sem incentivos e atenção. Existem demandas não percebidas, e buscaremos aponta-las, para depois entender as causas de sua invisibilidade.

No terceiro capítulo, discorreremos sobre as diversas dimensões do esporte. Veremos que ele pode se relacionar às vertentes do Negócio, do Lazer, da Educação, da Saúde e da Inclusão social.

Por fim, no quarto capítulo apontaremos quais seriam os elementos fundamentais de uma política pública voltada para o setor do esporte, buscando encontrar os atores envolvidos em todo o processo de implementação, e analisar como eles atuam ou podem atuar.

Capítulo I – Panorama geral sobre Políticas Públicas

Um dos assuntos governamentais considerados importantes, e que agita diversos setores políticos do país, é o das políticas públicas. Agita os setores no sentido de que, sendo uma política de governo, pode ao fim de cada um deles se perder em meio à novas propostas e filosofias. É importante assunto governamental porque está ligado à sociedade, e muitas pessoas dependem delas, para sobreviver, estudar, ir ao médico, usar o transporte público, praticar esportes, entre outras. Notoriamente, a existência delas garante a cada indivíduo a capacidade de inserção no contexto social do meio em que vive, legitimando o regime democrático que vigora no país.

Vale analisarmos algumas políticas públicas, compará-las e assim chegar a conclusões sobre o que elas realmente são, e quais são suas utilidades. Mas o conhecimento que adquirimos pelas experiências cotidianas nos leva a crer que elas são mecanismos usados para melhorias de condições, sendo que podem assumir funções de distribuição, redistribuição e regulação. Em outras palavras, a lógica que permeia a criação de uma política pública é a de que existem necessidades que precisam ser atendidas, ou que fazem parte dos interesses de seus criadores. Um exemplo disto é o *Bolsa Família*. Neste programa, as pessoas que possuem renda abaixo de determinado valor são amparadas com uma renda mensal estabelecida pelo governo. Neste caso, viu-se a necessidade de combater os enormes índices de pobreza que o país possuía. Em contrapartida, o que mais vemos hoje em dia é a apropriação das demandas da sociedade para alavancar, por exemplo, candidaturas e votos. O interesse não seria a melhoria das condições para a população, mas a promoção da imagem, ou criação de vínculo entre os representantes e a população. Muitas das políticas públicas surgem de agendas criadas a partir de interesses privados, e isso pode fazer com que determinados grupos da sociedade não sejam amparados por esses mecanismos. É comum que se criem políticas voltadas para as camadas com menor poder aquisitivo. Por serem os grupos considerados mais excluídos, e mais necessitados, os governantes enxergam grandes oportunidades de interação e troca de favores. A partir disto, se empenham em suprir as necessidades dessas

minorias esperando retribuição política. Em outras palavras, aquele que mais agrada as pessoas é o que terá maior sucesso em suas empreitadas.

No texto de Rua encontramos conceitos importantes para nossa discussão. O primeiro que vale destacarmos diz respeito ao fato de que as políticas públicas envolvem atividade política. Elas não são privadas, ou apenas coletivas, mas públicas. E essa dimensão pública é dada pelo seu caráter imperativo. Sendo assim, uma de suas principais características consiste no fato de que elas são decisões e ações são revestidas da autoridade soberana do poder público. A autora deixa claro, então, que as políticas públicas são ferramentas do poder público, em prol do bem comum geral, e não para fins privados. (RUA, 1998)

Rua ainda relaciona as políticas com as demandas. Para a autora, grande parte da atividade política dos governos é destinada à tentativa de satisfazer as demandas que surgem da sociedade. Essas demandas são dirigidas pelos atores sociais, ou são formuladas pelos próprios agentes do sistema político. O que caracteriza a política é a resolução pacífica dos conflitos, e segundo a autora, é na tentativa de processar as demandas que se desenvolvem os procedimentos formais, e também informais, capazes de conduzir o processo ao objetivo a que se propõe. (RUA, 1998)

Ainda no texto de Rua, encontramos outros aspectos importantes sobre as políticas, e sobre a natureza delas. Podemos basicamente dividir as políticas públicas em três categorias: distributivas, redistributivas e regulatórias. A primeira seria uma política com o objetivo de alocar os recursos que fazem parte de um orçamento, em determinado setor, para o uso de todo e qualquer cidadão (RUA, 1998). Um exemplo de uma política classificada nessa categoria seria a do Sistema Único de Saúde, o SUS. Cada cidadão possui o direito de utilizar os serviços prestados pelos centros médicos públicos, independentemente de sua renda, classe social, ou cargo e função. Já uma política redistributiva seria aquela que se atribui de recursos que estão sendo utilizados em outros setores para agora aplica-los em outros setores. Como aquela velha história de ‘tirar do rico e dar ao pobre’. Um exemplo claro e bastante atual desse tipo de política é a isenção do pagamento do IPTU. Ao poupar determinadas pessoas do pagamento, aumenta-se o valor do imposto cobrado de pessoas com maior poder aquisitivo. E por fim, temos as políticas regulatórias. Elas possuem o objetivo de regulação, criar normas. Geralmente, impactam determinados grupos da sociedade. Um exemplo de uma política regulatória é a criação de incentivos contra a Homofobia, por exemplo.

Classificar as políticas públicas de acordo com sua natureza, tendo em vista nosso objetivo principal neste capítulo, nos serve para consolidarmos a ideia de que elas surgem com o objetivo de impactar a sociedade, seja em aspectos gerais, ou em aspectos pontuais. Mas qual seria o real objetivo delas, independentemente de suas categorias? Como devemos encarar as políticas públicas? Elas são aparato do Estado em prol da sociedade, ou são apenas mecanismos de comoção ou obtenção de popularidade, visto que surgem a partir da escolha da agenda? Se não fossem previstas na Constituição, seriam de fato tão regulares? Essas são as perguntas que tentaremos responder nas páginas que se seguem.

Podemos vivenciar situações onde as políticas públicas nem sempre seguem um padrão normal. Me refiro ao fato de que, mesmo pertencendo ao mesmo grupo categórico, as políticas públicas podem, de certo modo, possuir naturezas distintas. Comparemos, em um exemplo hipotético, uma política pública que visa a distribuição de cestas básicas aos menos favorecidos, com políticas de vacinação para a população. Se fossemos classifica-las, as duas pertenceriam a categoria das políticas distributivas. Porém, ambas não possuem o mesmo público alvo. As vacinas atenderiam, no caso, todas as pessoas que se interessassem em se vacinar, enquanto as cestas básicas apenas seriam distribuídas para grupos pontuais, menos favorecidos, com baixa renda. Por esses e outros motivos, muitos teóricos se empenham em destrinchar teoricamente esse ramo da política, que pode ser, em muitos casos, problemático e curioso.

As decisões acerca das políticas públicas envolvem, além de demandas, interesses. Acredito inclusive que não há diferenciação entre a criação de demandas e a articulação de interesses. Tudo que se decide no cenário político moderno é fruto da mobilização dos interesses dos grupos envolvidos, ou seja, dos atores políticos. Maria das Graças discorre sobre dois tipos de atores políticos: os públicos e os privados. Neste primeiro tipo, encontram-se os políticos e os burocratas. Os políticos seriam os atores escolhidos por mandatos eletivos, ou seja, parlamentares, governadores, prefeitos e membros do Executivo. Já os burocratas ocupam cargos de conhecimento especializado, situado em sistema de cargos públicos. Eles possuem projetos políticos, e seguem os ideais de suas organizações. (RUA, 1998)

Dentre os atores privados, destacam-se os empresários, de acordo com a autora. Ela acredita que, pode serem capazes de afetar consideravelmente a economia do país,

são importantes influenciadores das políticas públicas. Eles podem ser atores individuais ou coletivos. (RUA, 1998)

É pertinente então formularmos a ideia de que os governantes determinam a agenda de acordo com as demandas que recebem, mas também criam a partir de seus próprios interesses. Sendo assim, não seria incomum vermos políticas sendo implementadas a partir de interesses privados. Isso torna-se problemático no momento em que exclui determinados segmentos do processo. O contexto democrático é ameaçado quando não existe igualdade de oportunidades, e quando as desigualdades são evidenciadas, e alimentadas, a sociedade retrocede.

Outra forte influenciadora, mesmo que não diretamente, é a mídia. Não influencia diretamente porque não é capaz de, em longa medida, mobilizar as decisões de agenda. Porém, segundo Rua, ela possui enorme capacidade de formar opiniões. A partir daí os atores desenvolverão interesses pautados em suas opiniões. Em outros termos, a mídia é capaz de fazer aflorar dentro das pessoas sentimentos que, sem demora, podem externar-se. (RUA, 1998)

Algumas características são essenciais para que um problema político ganhe prioridade na agenda governamental, segundo a autora. Para ela, o problema político deve primeiramente mobilizar ação política. Isso quer dizer que os atores envolvidos devem se articular em prol dos interesses que defendem para que eles se tornem uma prioridade. Outra característica que as situações de interesse necessitam apresentar é uma natureza de crise, calamidade ou catástrofe. Nesse caso, analisa-se o ônus da resolução do problema. Se ele for menor que o ônus da não-resolução, torna-se o problema uma prioridade. E a terceira característica deve ser uma situação de oportunidade, ou vantagem. Talvez seja a característica que mais vemos nos problemas políticos da agenda. O fato das resoluções trazerem consigo benefícios atrai a muitos agentes políticos. Novamente nos deparamos com questões que levam em conta o interesse dos grupos participantes. (RUA, 1998)

É certo que existem diversos fatores e atores responsáveis pela implementação de uma política pública. Maria das Graças afirma que, aqueles atores que possuem poder suficiente, e recursos abrangentes, para inviabiliza-las, acreditam que sairão ganhando algo em troca quando se aprova uma política. Caso cheguem a conclusão de que sairão prejudicados com as decisões, usam seus recursos para freá-las. Sendo assim, os prejuízos

devem ser direcionados aos atores que não possuem nenhuma influência ou poder. (RUA, 1998)

Por esses e outros motivos, a autora usa o termo ‘elo perdido’ para exemplificar o que acontece no processo de formulação. Existe uma lacuna entre a tomada de decisões e a avaliação dos resultados. Ou seja, existem lacunas durante a implementação das políticas. E, se a política envolve diferentes níveis de governo, como por exemplo, federal, estadual e municipal, ou diferentes setores de atividade, a implementação pode se tornar problemática. (RUA, 1998)

O que até aqui vimos nos faz acreditar que a implementação de políticas públicas é, às vezes, problemática e depende das demandas dos grupos envolvidos. Mas creio que ainda possamos analisa-las partindo de outras abordagens. Celina Souza traz em sua obra, premissas importantes sobre os estudos das políticas públicas. A autora afirma que algumas definições enfatizam o papel da política pública na solução de problemas. Muitos críticos acreditam que elas ignoram a essência da política pública, ou seja, o embate em torno das ideias e interesses. Celina ainda afirma que as políticas concentram o foco no papel dos governos, deixando de lado os seus aspectos conflituosos e os limites que permeiam as decisões governamentais. Além disto, impossibilitam a cooperação entre governos e grupos sociais, (SOUZA, 2006)

Semelhante a ideia de Rua, Celina acredita que as políticas públicas nos levam a pensar acerca dos interesses, preferências e ideias. As definições de políticas públicas, apesar de optarem por diferentes abordagens, assumem a perspectiva de que o todo é mais do que a soma das partes, e que todo tipo de interesse ou ideologia é válido, mesmo que por motivos diferentes. (SOUZA, 2006)

Celina ainda atribui outros fatores às políticas. Para ela, as políticas públicas são multidisciplinares, e o foco delas está na explicação sobre a natureza da política pública e em seus processos. Por esse motivo, esboçar teorias sobre ela implica em buscar a sintetização das teorias construídas no campo sociológico, assim como da ciência política e da economia. Ainda, devem as teorias explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade, visto que repercutem também nos assuntos econômicos e nas sociedades. Não é espantoso então perceber, segundo a autora, que este tema desperta interesse em diversas áreas. (SOUZA, 2006)

Também podemos ressaltar o que Souza fala sobre o papel dos governos nos assuntos sobre políticas públicas. Ela começa sua discussão dizendo que os debates sobre as políticas implicam em responder qual é o espaço de ação dos governos na implementação delas. A autora se preocupa em dizer que sua análise não parte de pressupostos pluralistas nem elitistas. Ou seja, ela afirma que em sociedades e Estados complexos constituídos no mundo moderno, aproxima-se da perspectiva teórica de que existe uma autonomia relativa do Estado. O que Celina está querendo dizer é que o Estado possui um espaço próprio de atuação, embora possa absorver as influências externas e internas. Mas não há dúvidas de que sua autonomia depende de muitos fatores, assim como do momento histórico de cada país. (SOUZA, 2006)

Outro aspecto importante salientado por Celina, e muito importante para nossas discussões, é o fato de que muitos grupos se envolvem na formulação de políticas públicas. Existem muitos grupos de interesses, coalizões, movimentos sociais, entre outros, que participam do processo, ou pelo menos articulam-se em prol da formação das prioridades. Embora haja essa interação, a diminuição da capacidade de intervenção do governo não possui comprovação, mesmo que alguns acreditem que fenômenos como a globalização seriam capazes de alterar a autonomia do governo. (SOUZA, 2006)

Podemos então usar como base, devido à pertinência que apresenta, a síntese feita por Souza acerca dos elementos principais das políticas públicas. A autora apresenta alguns tópicos que, além de simplificar de maneira clara os conceitos que até aqui vimos, é uma ferramenta importante para o que neste trabalho será proposto. O primeiro ponto de sua síntese consiste na afirmativa de que a política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que ele de fato faz. Se fossemos escrever em outros termos, as políticas seriam responsáveis por mostrar quais são as reais intenções do governo frente as demandas que ele recebe. Não muito tempo atrás, no período de 2013 e 2014, o Brasil marcou história pelas grandes manifestações, ocasionadas pela insatisfação do povo com as ações do governo. O que se espera é que o governo, enquanto receptor das demandas sociais, reaja a isso de maneira positiva. Nem sempre é o que acontece, por isso a dualidade colocada por Celina entre o fazer e o pretender fazer. O segundo ponto de síntese, que se conecta muito ao primeiro, diz respeito ao envolvimento de vários atores e níveis de decisão, mesmo que seja materializada pelos governos. Mesmo em um contexto onde os interesses privados são supervalorizados, ainda se nota a participação de diversos grupos sociais, tais como instituições, coalizões, entre outros.

Outro ponto de convergência com Maria das Graças, que também acreditava que, mesmo em proporções diferentes, os grupos não governamentais possuem sua parcela de contribuição, mesmo que apenas o papel deles seja apenas de mobilização, formação de opinião. (SOUZA, 2006)

O terceiro ponto de síntese consiste no fato da política pública ser abrangente, não se limitando a regras e leis. O que a autora está querendo dizer é que as políticas, após sua implementação, seguem rumos intangíveis, e não se limitam a seguir delimitações estipuladas por lei. O que parece problemático é o fato de Celina acreditar que as políticas públicas não se limitam a leis e regras. De fato, não se pode realmente prever quais serão os impactos obtidos com a implementação de uma política. Porém, muitos dos fenômenos podem ser ao menos esboçados. Vemos isso, por exemplo, quando o governo estipula uma política planejando atender a determinados grupos. Os recursos disponíveis serão direcionados ao público destinado, mas não se pode dizer ao certo a abrangência dessas medidas na sociedade. Os resultados podem ser distintos. Porém, não obedecer às leis e regras torna a política pública ineficaz, ao mesmo tempo em que a deslegitima. Voltemos ao exemplo do bolsa família. Se não fossem seguidas as regras, ou leis de acesso ao programa, muitos grupos, que não os que se pretendia atingir, seriam beneficiados. Seria como “dar remédio as não doentes”. Isso nos ressalta a complexidade em que os assuntos de políticas públicas estão englobados. (SOUZA, 2006)

O quarto e quinto fatores de síntese da autora podem ser tratados em conjunto, visto que possuem mesma essência. Trata-se das políticas como intencionais, com objetivos a serem alcançados, e das políticas como ações de longo prazo. De fato, uma política é implementada intencionalmente, seja por interesses individuais, seja por interesses coletivos, buscando alcançar objetivos específicos. Mas o que se precisa entender, segunda a própria autora, é que as políticas, por mais que mostrem resultados imediatos, ou em curto prazo, são ações para longo prazo. Ou seja, seu real objetivo só será atingido em um longo período de tempo. (SOUZA, 2006)

O sexto e último elemento sintetizado pela autora, e quem sabe o mais importante, diz respeito aos processos subsequentes à decisão e proposição de políticas, ou seja, os processos desde de que a situação vira um problema, entra na agenda, e os processos que se seguem, como implementação, execução e avaliação de resultados. Uma política pública só pode ser considerada como eficaz se for fidedigna a cada processo que se atribui a ela. Ou seja, o que se quer dizer é que uma política é composta por etapas, e

para que seja considerada realmente efetiva, ou legítima, deve cumprir todas as etapas com sucesso, ou pelo menos passar por todos eles. (SOUZA, 2006)

Outro campo teórico que em muito contribui para as noções sobre políticas públicas é o neo-institucionalismo. Essa vertente enfatiza a importância das instituições e regras para a decisão, formação e implementação de políticas públicas. São importantes porque, segundo Celina, as variantes do neo-institucionalismo tratam as instituições como definidoras dos decisores, apesar de que a ação racional dos decisores não se restringem apenas ao entendimento de seus próprios interesses. O processo decisório sobre políticas públicas, diz a autora, não resulta apenas de barganhas e negociações entre os indivíduos que correm atrás de interesses próprios, mas são mobilizados por processos institucionais de socialização. Os decisores então se mobilizam sob as regras que desenvolveram socialmente. E, o ponto chave das premissas neo-institucionalistas para nós, que buscamos entender a natureza das políticas públicas, é a crença de que a luta pelo poder e por recursos entre os grupos sociais é a parte principal da formulação de políticas públicas. Voltamos a problematização de que alguns grupos se beneficiam em detrimento de outro, e as instituições políticas e econômicas seriam mediadoras da luta entre os grupos. (SOUZA, 2006)

Neste capítulo, direcionamos a atenção à elaboração de um panorama geral sobre as políticas públicas, sua natureza e suas características. Dentre as conclusões possíveis de se tomarem, tomamos a de que as políticas sociais surgem com um objetivo específico, esperando-se chegar a determinado resultado. Muitos são os grupos envolvidos, desde sua anexação à agenda governamental, até sua implementação e continuidade. Ou seja, existem diversos interesses ligados as ações políticas, e eles podem ser de natureza privada ou coletiva. Assim como Ruzin disse em seu texto, existem características determinantes, consideradas fundamentais para que as políticas públicas sejam realmente efetivadas.

Também vimos como pode ser problemática a formação da agenda e das prioridades. Existem atores políticos, mais dotados de poder e recursos, capazes de inviabilizar as políticas. Sendo assim, as decisões tomadas são direcionadas aos interesses de uma elite que pode agir contra os interesses que não os agrada, ou não os beneficia. Todo o contexto democrático em qual as políticas públicas se inserem é menosprezado quando tais práticas são aderidas. Mesmo possuindo categorias específicas, as políticas públicas deveriam ser aparato do Estado em prol da sociedade. Sendo assim, o bem

comum de cada cidadão teria de ser o objetivo principal ao se planejar uma política. Segundo as autoras mencionadas, o interesse privado ainda segue como vilão nos assuntos públicos, sempre dividindo a sociedade em camadas, e por muitas vezes direcionando as prioridades para os grupos de maior influência.

No capítulo seguinte, usaremos os conceitos que apresentamos sobre as políticas públicas, aplicando-os no tema a que esse trabalho se propõe. O Desporto é um assunto que também faz parte de muitas das pautas governamentais. Não muito tempo atrás, foi sancionada a Lei de incentivo ao Esporte, trazendo melhorias e grandes vantagens ao setor. Trataremos o esporte de um ponto de vista além de suas implicações políticas, para depois o analisarmos no contexto das instituições, da agenda governamental e do jogo de interesses dos variados grupos da sociedade.

Capítulo II – O esporte além das políticas públicas

Nas páginas precedentes, limitamos nosso foco de análise às políticas públicas no âmbito teórico. Para os objetivos propostos neste trabalho, que se baseiam em analisar o desporto como aparato de cidadania, a análise na qual nos detivemos será demasiadamente importante, para tentarmos traçar uma linha que une as perguntas às possíveis respostas, mesmo que pareça milagroso. É interessante então que analisemos o esporte sobre outras facetas, que não aquelas atreladas às políticas públicas. Ou seja, vamos analisar o esporte fora dos alcances governamentais, para que possamos identificar se existem demandas desconhecidas, se elas se sustentam por si só, quais fatores poderiam torna-las aptas à inserção na agenda governamental, entre outros aspectos relevantes sobre suas características enquanto não politizadas.

Ultimamente, temos visto que o desporto tem assumido papel econômico de bastante influencia. O número de pessoas que acreditam ser o esporte uma oportunidade de mudança de vida cresce, e podemos ver isto nas ruas, escolas, mídia, entre outros. De acordo com o sítio virtual da Empresa Brasileira de Comunicação, EBC, um estudo realizado pela OMPI, Organização Mundial da Propriedade Intelectual mostrou que a indústria esportiva global alcançou em 2013 faturamento em torno de 133 bilhões de dólares, englobando negócios de artigos esportivos estimados em 300 bilhões de dólares por ano.

(<http://www.ebc.com.br/2012/09/ompi-esporte-pode-contribuir-para-desenvolvimento-socioeconomico-do-brasil>, visto 28/06/2017, às 00:19 horas)

Mas, o que de fato intriga os interessados no assunto é que as vezes, mesmo com muito esforço e investimento, o sucesso em empreitadas esportivas não é alcançado. Existem casos de pessoas que investem todos os seus recursos disponíveis para ingressar em carreiras profissionais, ou investem seus recursos em outras pessoas que possuem habilidades notáveis, esperando obter sucesso, ou retorno financeiro, mas não logram os objetivos esperados. É o caso do servidor público Lucas Guerra. Em entrevista ao site do Correio 24 horas, o ex-jogador de vôlei praia afirma que precisou escolher entre o estudo

e o esporte. A falta de segurança sobre seu futuro no esporte o fez decidir seguir outros rumos. Resolveu assumir o cargo público no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. Mas, mesmo que os resultados futuros sejam desconhecidos, possuindo ou não possuindo investimentos, existe um grupo específico que gera demandas, mesmo que elas não sejam percebidas. Vamos tratar destes exemplos por seguinte.

(<http://www.ebc.com.br/2012/09/ompi-esporte-pode-contribuir-para-desenvolvimento-socioeconomico-do-brasil>, visto 28/06/2017, às 00:19 horas)

Apesar de existirem políticas públicas voltadas ao esporte, assim como leis que garantem o seu desenvolvimento, existem limites não alcançados pelo Estado. Não se sabe dizer o que faz com que em determinados casos, as demandas não alcancem a margem necessária para se tornar um problema e, conseqüentemente, gerar a mobilização estatal. Vemos alguns exemplos na reportagem exposta no site globo.com, em 2015, sobre os atletas brasileiros que venceram na vida, e participaram do Pan-americano de Toronto. Apesar de terem transformado suas perspectivas de vida, e terem se tornado atletas da seleção brasileira, recebendo patrocínios, passaram grandes dificuldades na vida justamente por não possuírem apoio necessário. Valdenice, a primeira mulher da canoa a ganhar medalha em Pan-americanos, teve uma trajetória muito difícil, e chegava a fazer ‘vaquinhas’ com os cidadãos de sua cidade na Bahia, para que conseguisse treinar e competir, e até se alimentar durante os campeonatos. Segundo o que a atleta dizia, sua continuidade no esporte se deu pelo forte amor que possuía para com ele, e pela ajuda dos cidadãos que prontamente ajudavam. (<http://globoesporte.globo.com/jogos-pan-americanos/noticia/2015/07/pan-da-superacao-atletas-venceram-dificuldades-para-brilhar-no-esporte.html>), visto em 22/05/2017, às 15:54 horas.

Parecida com a história de vida de Valdenice, temos também a história de Davi Albino, outro atleta que participou do Pan de Toronto em 2015. O lutador de luta greco-romana vigiava carros para sobreviver, e morava na rua com sua família. Sua mudança de vida veio a partir do convite do professor de lutas no Centro Olímpico de Treinamento Joanilson Rodrigues, que mantinha um projeto social em São Paulo. O treinador oferecia lanches para Davi, para que em troca ele treinasse com a equipe. Mesmo com essa oportunidade, ainda precisava encontrar algum tipo de renda para arcar com as despesas que apareciam.

(<http://globoesporte.globo.com/jogos-pan-americanos/noticia/2015/07/pan-da-superacao-atletas-venceram-dificuldades-para-brilhar-no-esporte.html>), visto em 22/05/2017, às 16:00 horas.

Por fim, mais um caso é útil para nossa análise, o das irmãs Vicente. Moradoras do morro do Chapadão, e filhas do comandante do tráfico na região, por muitas vezes precisaram fugir em meio aos tiros e tumultos. Após o falecimento do pai em uma operação da polícia, se mudaram para a favela da Chacrinha, onde tiveram o primeiro contato com o Badminton. O projeto trouxe as irmãs para perto do esporte, e quanto mais se destacavam, mais portas se abriam, até que entraram para a seleção brasileira de Badminton. (<http://globoesporte.globo.com/jogos-pan-americanos/noticia/2015/07/pan-da-superacao-atletas-venceram-dificuldades-para-brilhar-no-esporte.html>), visto em 22/05/2017, às 16:20 horas.

O que estes casos trazem em comum nos prende a atenção. Eles nos mostram que existe uma lacuna que ainda separa a ação do Estado das periferias. Em outras palavras, vê-se que as demandas são geradas constantemente, e isso por muitas vezes foge ao Estado. As oportunidades parecem aparecer em casos isolados, e mesmo quando aparecem, não são garantia de que haverá continuidade por parte dos atletas, pois estes ainda necessitarão arcar com despesas de treino, locomoção, equipamento, alimentação. Em todos os casos que vimos a pouco, os atletas precisavam se esforçar para continuar praticando suas modalidades, dependendo até de ajudas de terceiros. Isso mostra que, as demandas surgem de lugares diversos, mas nem sempre são atendidas. Como vimos no texto de Rua, elas são o combustível das políticas públicas, pois é partir delas que o processo de criação das políticas se desenvolve. É necessário então se pensar quais são as demandas que o Estado encara como primordiais. Se o desporto é encarado como mecanismo capaz de fomentar a cidadania, e tem sido ferramenta importante de inclusão social, democratização, reestruturação e mudança de vida, suas demandas deveriam ser atendidas mais amplamente, pois como vimos, os resultados são realmente positivos.

Cada vez mais, o esporte se mostra um mecanismo capaz de acarretar mudanças no comportamento das pessoas. O simples fato de fomentar não apenas o asseio físico, mas também o asseio mental, a disciplina e o respeito, capacita-o a ser atributo de formação de caráter. E este efeito pode ser notado não apenas no esporte de alto rendimento, mas em suas outras vertentes não profissionais. Ferreira (2007) em seu texto,

mostra como o esporte é fundamental na prevenção das práticas de vandalismo. Segundo o que discorre, o vandalismo e a violência surgem como reflexo das condições socioeconômicas da sociedade. Através dos dados que obteve, e da proximidade com o programa ‘Segundo Tempo’, a autora do trabalho chega à conclusão de que o aumento dos índices de criminalidade que afetam o país são também influenciados pela falta de acesso dos cidadãos às práticas esportivas. Sendo assim, a inclusão por meio do esporte seria então, de acordo com o que acredita, saída eficiente para a redução dos problemas enfrentados com a criminalidade. (FERREIRA, 2007)

Podemos ter também como exemplo as práticas esportivas colegiais. Elas fazem parte da formação dos alunos, e raramente encontraremos instituições educativas que não façam o uso do esporte como disciplina. De acordo com o artigo 26, da lei nº 9.394/96, § 3º, a educação física é componente curricular obrigatório do ensino básico. (<http://portal.mec.gov.br/pnaes/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12962-educacao-fisica-obrigatoriedade-da-disciplina>, visto 28/06/2017, às 00:38 horas).

Assim como encontramos no texto de Betti (1999), deve-se propor à sociedade novos níveis e qualificações pedagógicas do esporte, para as mais variadas faixas etárias, assim como para portadores de necessidades especiais (BETTI, 1999).

Existem também casos de atletas que, depois de aposentados, decidiram investir no futuro de crianças e adolescentes. É o caso do tetracampeão mundial de futebol Jorginho. O ex-jogador fundou no Rio de Janeiro o “Instituto Bola Pra Frente”. Essa organização, que em 2013 já atendia cerca de 900 crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos, moradores do Complexo do Muquiço, tem como objetivo ensinar o futebol, mas acima de tudo, desenvolver outros tipos de hábitos nas crianças, para que possam se tornar cidadãs melhores. Assuntos como mercado de trabalho, alcoolismo, drogas, são tratados com os participantes, para que eles possam escolher o que é certo, construir uma vida digna, longe daquilo que a realidade habitual lhes ofereceria todos os dias. Por isso, mesmo que sob tantas dificuldades, escassez de recursos e outros obstáculos, essas práticas devem ser cada dia mais encorajadas, e se esse papel for assumido apenas pelo Estado, as demandas decorrentes da sociedade continuarão a ser ignoradas, ou ao menos não percebidas. (redeglobo.com/acao/noticia/2013/10/por-meio-do-esporte-ongs-de-todo-o-pais-promovem-inclusao-social.html, visto 30/05/2017, às 19:32 horas).

Sawitzki (2012), discorre sobre a importância de se modificar o modelo tradicional centralizador do poder de decisão, transformando-o em um modelo de descentralização. A partir disto, muda-se o centro das decisões políticas, fazendo com que a agenda seja mais ampla, atingindo setores que não eram contemplados pelo fato das políticas serem centralizadas. Este resultado é obtido através da participação efetiva comunidade, dentro de um modelo de democracia participativa. Quando a sociedade se mobiliza e participa, está ao mesmo tempo influenciando e fiscalizando o governo, e reivindicando a aplicação dos recursos previstos para os variados setores, inclusive os do esporte e lazer, assim como a criação de políticas e projetos que garantam seus direitos básicos. (SAWITZKI, 2012)

O que parece ter ficado claro é que existem demandas decorrentes de muitos setores da sociedade. Falando especialmente do setor de esportes, essas demandas também existem, e muitas delas não são atendidas. Vimos alguns exemplos, dentro do esporte de alto rendimento, de atletas que precisavam se esforçar para obter sustento, mesmo já estando envolvidos em competições. O apoio que parecia certo, só apareceu quando ganharam visibilidade, e quando se firmaram como atletas profissionais. E este problema ainda se agrava quando tratamos do esporte amador. De acordo com o sítio virtual Na Hipermídia, atletas amadores enfrentam dificuldades, barreiras e diversos problemas. A falta de incentivo da mídia, de patrocinadores, atrelados à má vontade das instituições os desmotiva em grande medida.

(<https://nahipermidia.wordpress.com/2009/05/16/esporte-amador-destaca-a-determinacao-dos-atletas/>, visto 28/06/2017, às 01:06 horas)

As demandas surgidas deste setor parecem se sustentar sozinhas. Ao mesmo tempo em que existe a tendência de se ‘periferizar’ os alvos e objetivos das políticas públicas, existe também a tendência de se elitizar a tomada de decisões. Assim como já mencionado, acerca do texto de Celina Souza (2006), existem grupos de interesses ligados à implementação de políticas públicas, e a decisão dos detentores de poder dependerá dessas relações. (SOUZA, 2006). Em outros termos, por mais que se pareça que as políticas públicas governamentais são criadas para benefício das camadas menos privilegiadas da sociedade, existe uma centralização nas decisões de agenda, limitando os recursos para camadas específicas.

O que até aqui vimos nos mostra que realmente existem interesses ligados às práticas esportivas. Isto é, o contato que as pessoas estabelecem com o desporto em geral parece ser consolidado de acordo com os benefícios que as práticas poderão gerar. Os empresários, por exemplo, se aproximam do esporte pela obtenção de lucros, e como visto no texto de Paulo Henrique Azevedo (2009), o esporte tem se tornado cada vez mais rentável. (AZEVEDO, 2009). De certo que o esporte pode assumir caminhos e contextos diferentes, como já vimos nas últimas seções. No capítulo que se segue, o foco se delimitará à análise das diversas dimensões que o esporte pode abranger, evidenciando como as pessoas se inserem nestas vertentes e quais são os resultados que esperam obter a partir disto.

Capítulo III – As diversas dimensões do Esporte

Na seção anterior, tratamos do desporto além das políticas públicas. Concluimos que as demandas, mesmo que quando percebidas, se sustentam, seja pelo apoio dos próprios cidadãos, seja pela vontade pessoal de cada pessoa inserida nas práticas. Buscaremos, neste capítulo, apontar as diversas dimensões atribuídas ao esporte. Talvez, o que mais chame a atenção das pessoas seja o esporte de alto rendimento, profissional, pois sempre ganha acompanhamento integral da mídia. Um exemplo disto é que, as grandes competições esportivas, como Olimpíadas, Copa do Mundo, entre outras, sempre são transmitidas pela mídia. O acesso a esse conteúdo é facilitado cada dia mais. A audiência dos canais esportivos aumenta consideravelmente. De acordo com o site Portal Mídias e Esporte, o canal Fox Sports alcançou mais de 12 milhões de pessoas, e apresentou em 2017 crescimento de 30% em relação a 2016, atingindo uma marca histórica. Mas, além do esporte profissional, que é muito popular e movimenta bastante dinheiro, existem vertentes diferentes, que não profissionais. Falaremos delas por seguinte, dando atenção especial àquelas que mais se apresentam no nosso cotidiano.

(<http://www.portalmidiaesporte.com/2017/05/fox-sports-comemora-crescimento-e.html>, visto 28/06/2017, às 10:40 horas)

Podemos pontuar as principais dimensões do esporte: no âmbito do Lazer, do Negócio, da inclusão social, da saúde e integridade física, da educação. A capacidade de assumir contextos diferentes torna o desporto cada dia mais multidisciplinar e universal, sendo usado como ferramenta em diversos segmentos. Um exemplo disto é o uso do esporte nas escolas, que como já vimos é obrigatório por lei, e também em projetos sociais. Além da preocupação com o desenvolvimento físico e motor dos praticantes, existe também a preocupação de os disciplinar, para que possam se tornar cidadãos de bem. Dessa maneira, o benefício, além de físico, é mental, possibilitando o desenvolvimento também em outras áreas. Falemos então, de maneira mais pontual, das principais dimensões que permeiam o esporte.

O Esporte como Lazer

Quando pensamos no esporte como lazer, logo nos remetemos a nossa infância. Não é impertinente esta associação, pois a maioria das relações que grande parte da sociedade teve com o esporte se iniciou na infância. Muitos dão continuidade a estas práticas, mantendo em sua rotina a prática do esporte simplesmente porque sentem prazer com isso. A partir desta premissa que concluo que o esporte, como aparato de bem-estar e prazer, tem sua importância.

Melo (2004), fala da importância de se considerar o Lazer na vida em sociedade. Segundo o que afirma, a condição individual e social da cidadania passa pelo acesso as diferentes formas de vivenciar o lazer. Seguindo nesta linha de pensamento, o autor acredita que o exercício da cidadania passa pelo lazer, apesar de não se limitar a ele. (MELO, 2004). Esta interação entre esporte e cidadania será tratada ainda neste trabalho com mais profundamente, mas já nos fica claro, segundo o que diz o autor, que o lazer ocupa um lugar de relevância dentro do esporte.

Os exemplos citados em capítulos anteriores nos ajudam a analisar a natureza recreativa do esporte. Digo isto a partir da reflexão de que existe algo atrativo no esporte, que faz com que ele seja praticado mesmo como simples Hobby, ou passatempo. Usemos como exemplo o futebol. O Brasil é considerado o país do futebol. Podemos assumir que isso se deve ao fato de que muitos jogadores brasileiros tiveram carreiras brilhantes, chamando atenção no cenário mundial. Outro fator que contribui para a atribuição deste título é o fato do Brasil ser detentor de cinco títulos mundiais de Futebol, sendo o país com mais conquistas. Esta popularidade do futebol fez surgir nos brasileiros sentimentos e paixões por este esporte. ‘Peladas’ entre amigos, campeonatos entre firmas e empresas, escolinhas de futebol espalhadas pelos bairros, e até mesmo o futebol televisionado nos fins e no meio das semanas são atrativos para quem encara o futebol como prática de lazer, visto que isto traz prazer. As rixas entre torcedores, os bolões dos placares, as piadas sobre quem perdeu e quem ganhou, tornam a relação entre esporte e sociabilidade cada vez mais evidente. Por meio destas interações, as pessoas não só fortalecem suas relações umas com as outras, mas se inserem no real sentido de cidadania e democracia.

Muitas outras modalidades têm se tornado populares. Um exemplo disto é o Basquete. Uma reportagem de 2012, publicada no portal da Globo via internet, traz o título “O Basquete quer ser o 2º esporte no Brasil”. A reportagem fala sobre a volta da modalidade à TV aberta, e de sua crescente popularidade no Brasil, um país que tem o futebol como predominante em todas as faixas etárias. Sob a influência da famosa liga de basquete americana, criou-se o NBB, a liga de basquete brasileira. (<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Dilemas/noticia/2012/05/o-basquete-quer-ser-o-2-esporte-do-brasil.html>, visto 02/06/2017, às 20:32 horas)

Certamente, se buscássemos evidências, encontraríamos vários outros exemplos, que contribuiriam de maneira satisfatória com as ideias que aqui defendemos: a importância da vertente Lazer e sua incidência frente às outras vertentes do esporte. Na seção seguinte, trataremos do esporte no âmbito dos negócios. Veremos que, apesar das relações entre o bem-estar próprio e a prática serem parecidas com o esporte no âmbito recreativo, principalmente no que concerne ao prazer que as práticas trazem, existe também um interesse financeiro de certo modo positivo. A associação entre prazer e lucro criou para o esporte mais uma vertente, criando espaço para a atuação de empresários, instituições, entre outros. Veremos com mais detalhes em seguida.

O Esporte como Negócio

Uma das vertentes que mais tem se associado ao esporte nos últimos tempos é a economia. O que para muitos era apenas uma atividade extracurricular, tornou-se para outros uma profissão, não só para os atletas, mas para aqueles que participam pelos bastidores. O esporte se transformou num importante vetor econômico, visto que assumiu a capacidade de geração de lucros. Vemos nas mídias tradicionais, cotidianamente, negócios e transações entre atletas. É mais comum no ramo do Futebol, pois é uma modalidade de grande popularidade no Brasil e no mundo. A cada janela de transferência, como se chamam os períodos em que estão liberados os acertos das negociações, os clubes mobilizam grandes cifras para adquirirem passes de jogadores, ou vende-los. O [sítio foxsports.com.br](http://foxsports.com.br) apresenta os números das dez negociações mais caras da história do futebol. Encabeçando a lista, o jogador Paul Pogba, transferido de uma equipe italiana para uma equipe inglesa, custou aos cofres do clube inglês 350, 1 milhões de reais, um

valor realmente exorbitante. Isso mostra que estamos falando de grandes movimentações financeiras, e isso ocorre em outras modalidades também.

(<https://www.foxsports.com.br/photos/14801/all-top-10--as-transferencias-mais-caras-do-futebol-mundial>, visto 06/06/2017, às 17:12)

Outra visão, mais empírica que a exposta até aqui, é apontada por Paulo Henrique Azevedo (2009). O autor menciona o fato de que o crescimento econômico decorrente da prática do esporte e as atividades de produção, assim como do comércio e serviços relacionados ao esporte em geral, especificamente no Brasil, alcançou cerca de 15,6 bilhões de dólares, 1,95% do PIB daquele ano. Os dados foram analisados em 2005, e hoje, 12 anos depois, a tendência é que este número seja mais expressivo. Por isso, assim como constata o autor, o futebol pode ser encarado como um ótimo negócio (AZEVEDO, 2009)

Além das grandes competições e eventos, conseguimos encaixar o esporte como atividade de negócio em outros contextos. Me refiro ao fato de que, mesmo longe das cifras milionárias, e também das divulgações midiáticas, existe uma parcela da população que vai ganhar o seu sustento a partir de pequenas empresas, ou atividades remuneradas, envolvidas com o esporte. Azevedo (2009) contribui-nos quando menciona esses grupos em sua obra, o grupo das pequenas empresas e dos eventos simplórios, que utilizam o sucesso do esporte para gerar renda e empregos no meio em que atuam. O autor sintetiza seu argumento partindo da ideia de que os grandes eventos esportivos, assim como as grandes empresas que comercializam os materiais, atuam nos grandes centros. Mas existe uma outra demanda, que de acordo com ele se encaixa numa realidade mais abrangente. Seriam as pequenas cidades, afastadas dos grandes centros, que também utilizam o esporte como ferramenta de obtenção de renda. Por exemplo, as academias de atividades físicas, espalhadas pelas cidades, as escolinhas de modalidades esportivas, clubes, ligas esportivas, dentre outros. Todas essas atividades geram renda aos profissionais envolvidos, mostrando que também existem aplicações econômicas para o esporte mesmo em proporções menores do que as que vemos pela televisão. (AZEVEDO, 2009)

Fica claro para todos que se aventuram à pesquisa, ou mesmo para aqueles que apenas são bons observadores, que o esporte tem sido usado como vertente econômica cada dia mais. É importante que consideremos essa capacidade, pois como

vimos, existem grandes parcelas da sociedade que obtém seu sustento através das atividades esportivas, não como atletas profissionais, não sob cifras milionárias, mas através da força de trabalho que empregam em suas funções dentro das pequenas organizações e empresas. Como antes vimos no segundo capítulo, existem demandas que se sustentam fora dos grandes centros, para onde os olhares estão todos voltados. Mesmo que não demonstrem tanta popularidade, essas instituições periféricas dão sua parcela de contribuição, alavancando o esporte ainda mais como mecanismo de geração de renda e emprego, ajudando na melhoria de vida de grande parte da população.

Na seção que se segue, mostraremos um outro uso muito comum do esporte, no âmbito das atividades físicas. O esporte tem sido também a saída para muitos que se preocupam com sua saúde. Por isso, seu uso como tratamento ganha cada dia mais força nos dias atuais.

O Esporte na manutenção da Saúde

É comum irmos ao médico hoje em dia, para uma consulta de rotina, ou para levar resultados de exames, e ouvirmos do médico a seguinte recomendação: faça exercícios físicos. Dependendo do estado de saúde de cada paciente, ele recomendará uma carga maior ou uma carga menor, assim como sabemos. O fato é que as atividades físicas têm sido receitadas pela capacidade de manutenção do organismo que possuem. Em outras palavras, o esforço físico através destas atividades traz enormes benefícios ao organismo.

De acordo com o documento publicado na Revista Brasileira de Medicina Esportiva (1996), intitulado “*Posição oficial da Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte: atividade física e saúde*”, elaborado por médicos especialistas em exercício e esporte, a saúde e qualidade de vida do homem podem ser preservadas mediante a prática regular de atividades físicas. Ou seja, acredita-se que o sedentarismo seja uma condição indesejável, pelo fato de que gera prejuízos à saúde. Frente a isto, o esporte ganha importância expressiva, tanto para o condicionamento físico quanto para a prevenção de doenças, que trataremos a seguir.

As práticas esportivas são mecanismo eficaz na prevenção de doenças. Ainda de acordo com o documento da Revista, doenças como Diabetes Melito tipo II, Câncer de

colo, mama, próstata e pulmão, Obesidade, Hipertensão arterial, Ansiedade e depressão, entre outras, podem ser combatidas pela prática de exercícios. Isto torna a atividade física regular mais que essencial na rotina das pessoas, visto que essas são doenças que comumente são diagnosticadas. A falta de exercícios físicos, conseqüentemente, pode tornar a pessoa apta a obtenção destas doenças, e de outros prejuízos mais advindos do sedentarismo.

Deve-se lembrar também que, mesmo sendo tão benéfica ao organismo, a carga de atividade física deve ser proporcional às condições físicas de cada pessoa. Deve haver acompanhamento médico em caso de atividades que requerem grande esforço físico. São comuns notícias de pessoas que morreram praticando esportes. No futebol, temos alguns casos recentes de jogadores que perderam a vida ainda dentro de campo, devido a ataques cardíacos fulminantes, mas para nosso objetivo aqui não vale nos determos profundamente nestes casos. O que nos deve tomar a atenção é que, usado de forma correta, as atividades físicas são benéficas para todos. Encontramos também no documento exposto pela Revista Brasileira de Medicina Esportiva, o registro de informações que mostram como os exercícios devem estruturados. De acordo com o que os especialistas dizem, um programa regular de exercícios deve possuir ao menos três componentes: aeróbio, sobrecarga muscular e flexibilidade, sempre se atentando à condição clínica e aos objetivos de cada praticante. Dentre as prescrições adequadas apresentadas pelos especialistas, estão as variáveis tipo, duração, intensidade e frequência semanal. A partir desta combinação que os resultados se tornam positivos.

Com base no que aqui foi exposto, chegamos à conclusão de que a apropriação do esporte como mecanismo de promoção de saúde, assim como preventor de doenças e promotor da aptidão física, é determinante em nossa sociedade. Tem se tornado bastante comum o diagnóstico de doenças pelo sedentarismo. O sítio da Folha de São Paulo trouxe a manchete de que a obesidade aumento 60% no período 2006-2016. (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/04/1876179-obesidade-avanca-60-em-dez-anos-mas-numero-fica-estavel-em-2016.shtml>, visto 06/06/2017, às 17:40 horas). O número se tornou estável em 2016, e podemos atribuir à isto o aumento da procura por instituições, academias, escolinhas e clubes com o passar do tempo. Basta que se olhe ao redor, e veja que as demandas surgem em nosso meio de maneira clara. Aceitá-las ou negá-las cabe a nós mesmos.

No trecho que será apresentado, por conseguinte, discorreremos sobre a relação existente entre o desporto e a educação. O esporte é usado como mecanismo de promoção de disciplina, interação e sociabilidade dentro das escolas, e também na sociedade. Vale então voltarmos nossos olhares para este ponto.

O Esporte como ferramenta à Educação

É seguro afirmarmos que todo cidadão obteve acesso a alguma modalidade esportiva em algum período de tempo de sua vida. Nosso país tem uma relação muito forte com o esporte no âmbito geral. Sempre ouvimos a frase de que o ‘esporte está no sangue dos brasileiros’, entre outras frases sinônimas. Parte disto se deve a forma como as práticas esportivas são tratadas na infância das pessoas, sendo para integridade física ou para a educação e formação de valores. De certo que, nos dias de hoje, as práticas são acopladas a outros ramos da ciência, assim como já vimos. E um dos ramos a que se aplica de maneira notória é a educação. Então, para nossos objetivos, falarei sobre como o esporte tem sido usado dentro das escolas, mostrando o que tem feito em prol da integridade física, educação e formação de caráter.

Mauro Betti (1999), discorre sobre o direito que o aluno possui à Educação Física, não como direito formal, mas como participação plena. Sendo assim, ela deve incluir todos os alunos quanto possível, nos conteúdos que propõe. O que o autor quer dizer é que, os alunos devem ter acesso às atividades de educação física, todos sem exceção, sem que ocorram discriminações quanto às capacidades individuais de cada participante. (BETTI, 1999). Aqui, já conseguimos notar a primeira característica educativa apresentada pelo esporte, a de inclusão. Trataremos deste aspecto mais a fundo na seção final deste capítulo, pois requer atenção especial. Mas o que podemos de antemão analisar é que as interações entre os alunos, dentro do ambiente escolar, na prática das atividades físicas, são saudáveis para a legitimação da cidadania. Os alunos interagem entre si, compartilham da mesma disputa, fazendo com que desenvolvam capacidades sociais distintas.

Outro aspecto importante a ser citado, encontrado no texto de Betti (1999), é sobre o princípio da formação e informação plena. Segundo o que autor diz, deve-se integrar as dimensões corporais, cognitivas e afetivas-sociais de dentro da Educação Física escolar. Assim como exemplifica, ao se praticar uma modalidade, mostra-se a

dimensão afetiva quando se aprende a gostar dela, cognitiva quando se aprende suas regras e o porquê de serem importantes, e social quando se aprende a organizar-se em grupo para praticá-la. Assim, como diz o próprio autor, a Educação Física contribui para a construção da cidadania crítica, democrática e participativa. (BETTI, 1999)

Fora do ambiente escolar, encontramos outros casos que nos ajudam a arrematar o esporte como educador. Me refiro aqui à capacidade que possui de transformar a vida das pessoas que o praticam. Vimos no segundo capítulo deste trabalho que existem parcelas da sociedade que encontram no esporte a saída para uma melhoria de vida, ou mudança de hábitos, como foi no caso dos atletas brasileiros. Um exemplo disto é encontrado no trabalho de Ana Cláudia de Azevedo Ferreira (2007), que trata do esporte como prevenção ao vandalismo. Segundo a análise de dados obtidos na análise do programa social Segundo Tempo, a autora discorre que o esporte promove o resgate dos praticantes da criminalidade, como também influencia na conduta deles. O fato dos jovens possuírem acesso às práticas esportivas, e à disciplina que elas requerem, a marginalidade torna-se uma realidade cada vez mais distante. (FERREIRA, 2007)

O que vimos nessa seção está relacionado ao que pretendo expor na próxima seção. Sendo o esporte um mecanismo educacional, formador de caráter e preventor de maus hábitos, ele se torna instrumento capaz de mudança de vida. Porém, como disse Ferreira (2007), o jovem pode ser afetado por qualquer processo de exclusão. Isso o torna desencorajado de participar na sociedade, devido à falta de oportunidades iguais. (FERREIRA, 2007). Por isso a relação com o tema que se segue, da inclusão social capacitada pelo esporte, é de vital importância na sociedade atual.

O Esporte como mecanismo de inclusão social

É notório o aumento da participação e incidência no cenário político por parte de ONGs e instituições voltadas ao esporte. Podemos atribuir a isto o fato de que as práticas esportivas cada vez mais se relacionam com os processos de inclusão e transformação de vida. O interesse, além de comercial ou de lucros, é de mudar a condição de vida das pessoas através da convivência com o desporto. Já falamos neste trabalho sobre alguns dos atletas brasileiros que participaram do Pan de 2015. Estes atletas possuíam uma condição de vida bastante precária. Alguns deles, moravam na rua e

obtinham sustento dos trocados que ganhavam vigiando carros, entre outros. Por meio do esporte, conseguiram mudar suas perspectivas de vida, financeiramente e socialmente. Mas também analisamos casos afastados do esporte profissional, de alto rendimento. Existem demandas de muitos outros lugares da sociedade, e é importante que nos capacitemos a percebê-las. Como dizem Junior, Alencar, Reis, Liao e Pereira (2014), estudos sugerem que as mudanças na facilitação e organização do desporto podem melhorar as práticas esportivas, promovendo a inclusão social. Frente a isso, devem ser criadas políticas estratégicas, multiplicando a organização espacial do desporto, visto que boas estruturas desportivas e comunitárias podem desempenhar importante papel na promoção da inclusão social. (JUNIOR, ALENCAR, REIS, LIAO, PEREIRA, 2014)

Acredito que a variável social estreitamente ligada ao desporto é indispensável na sociedade em que vivemos. Devemos encorajar a cada dia que processos de reinclusão sejam cada dia mais rotineiros. A exemplo, o texto de Ana Claudia de Azevedo Ferreira (2007) apresenta o programa social Segundo Tempo. O objetivo dele é atuar como disseminador de sociabilidade, mostrando que a inclusão social através do esporte é uma realidade. Mas a autora salienta que se deve olhar para além da capacidade de desenvolvimento corporal que o esporte apresenta, olhando também para sua capacidade de catalisar percepções de emoções. Ana Claudia discorre sobre a mudança de comportamento dos jovens participantes do programa, que por muitas vezes chegavam com atitudes violentas, e cabia aos educadores mostra-los a importância do esporte em suas vidas. (FERREIRA,2007)

A partir do que vimos nesta seção, concluímos então que o desporto pode assumir o papel de mobilizador social, assim como de transformador de realidades e hábitos. Para nossa análise, que será feita no último capítulo deste trabalho, as premissas aqui apresentadas são de grande valia, pois falaremos de possíveis repostas às demandas que aparecem nos mais variados ramos a que o desporto se aplica. Se ele se mostra tão importante nas relações sociais, econômicas, de integridade física, educação e lazer, porque não o transformar em uma ferramenta contínua, com maior ênfase e gerenciamento? É uma questão que nos fica. Nos preocuparemos também em demonstrar o papel do Estado frente a essas questões, até em que ponto ele funciona como promotor de inclusão e promoção de cidadania, e quais são os atores envolvidos. Existem inúmeras áreas de ação, passíveis de políticas que as amparem. Resta direcionar a atenção devida a elas.

Capítulo IV – Esporte e promoção de cidadania

Um dos maiores desafios encontrados quando se planeja uma política pública gira em torno da capacidade de se garantir a efetividade dela. As dificuldades não se limitam à inserção das demandas na agenda, elas se manifestam mesmo em estágios avançados, após a criação das políticas. Nota-se essa realidade porque, em meio a nosso cotidiano, algumas políticas não conseguem alcançar o êxito planejado, ou não atendem as expectativas que seus produtores tinham. Podemos citar o programa Fome Zero, instaurado durante o governo Lula. De acordo com o sítio Mercado Popular, essa política não alcançou êxito, mostrando resultados duvidosos, ou mesmo nulos. A falta de objetivos claros contribuiu para o insucesso da política.

(<http://mercadopopular.org/2016/08/o-fracasso-do-fome-zero-e-o-sucesso-do-bolsa-familia/>, visto 28/06/2017, às 10:30 horas).

Por isso, torna-se importante cada vez mais que os estudos sobre políticas públicas sejam mais minuciosos, partindo de análises que associem os diversos segmentos envolvidos neste processo. Cabe então a nós estabelecermos os elementos que seriam cruciais para o bom funcionamento das políticas, em especial, as políticas voltadas ao esporte, cujo foco dediquei neste trabalho. O que seria fundamental para que uma política pública desse tipo fosse capaz de atender as demandas emergentes, e atendê-las com eficácia? Se o desporto é veículo de promoção de cidadania e inclusão, tornando-o importante para a sociedade, qual é o nível de abrangência que as políticas desportivas devem possuir? Quem sabe encontremos as respostas mais pertinentes à estas questões.

Acredito que podemos dividir as práticas esportivas em dois grandes grupos: o grupo das práticas esportivas a nível profissional, e o grupo das práticas esportivas a nível amador. As atividades que trazem retorno financeiro, mobilizam negócios, assim como garantem participação em grandes competições, participam deste primeiro grupo. As atividades que não trazem retorno financeiro, e apenas garantem ao praticante a vivência no esporte. Entretanto, se formos mais cautelosos em nossa análise, perceberemos que existem características que fazem com que não exista limitação ou restrição das práticas à grupos específicos. Um exemplo disto é que, nada impede que os atletas profissionais se beneficiem das vertentes não econômicas do esporte. Mesmo que

ele tenha virado sua fonte de sustento, ainda pode ser para eles fonte de prazer, lazer e sociabilidade. Da mesma maneira, nada impede que praticantes amadores possam obter sustento através das práticas esportivas amadoras. Já falamos aqui da existência dos profissionais do esporte, que ensinam nas escolinhas, nas academias e nos clubes. Eles não atuam como esportistas profissionais, mas atuam como profissionais do esporte.

Fica evidente que, relacionando esporte à cidadania, não existem categorizações. Cada indivíduo, independentemente de seu segmento social, exerce seu papel democratizante ao praticar o esporte. Portanto, a base de uma política pública para o esporte deve ser consolidada no princípio da igualdade. Em outras palavras, as políticas devem abranger todos os grupos sociais, garantindo oportunidades iguais a todos, sejam profissionais ou amadores, pobres ou ricos, homens ou mulheres. Assim como encontramos no texto de Celina Souza (2006), as definições de políticas públicas assumem a perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes, e que indivíduos, instituições, ideologia e interesses são levados em consideração, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa de cada fator. (SOUZA, 2006)

Outro elemento que seria de suma importância no assunto das políticas públicas seria a avaliação. Conforme discorrido por Souza (2006), quando as políticas são postas em ação, são implementadas, e a partir daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação. (SOUZA, 2006). O que podemos entender acerca desta afirmação é que a preocupação com as políticas públicas deve ultrapassar os processos de problematização e implementação. Ou seja, o processo final, que consiste na apuração dos resultados obtidos nos programas, é de vital importância. A partir dos dados obtidos, poderia se pensar em novas melhorias para as políticas, maximizando os impactos na sociedade. Tratamos neste trabalho da prevenção do vandalismo através do esporte, e pudemos ver que os dados apresentados eram satisfatórios. Muitos dos jovens que praticavam esporte diariamente mostraram mudança de comportamento, mostravam-se menos agressivos. A avaliação deste caso específico mostra que os resultados foram positivos, e que o esporte é eficaz mecanismo de transformação de comportamento. A partir daí, conhecendo-se os resultados, pode-se trabalhar em prol das melhorias, esperando sempre multiplicar as chances de sucesso do programa em questão.

Sabemos que atualmente existem diversos tipos de incentivo às práticas esportivas. O fato do esporte possuir diversas vertentes o torna acessível a muitas camadas da sociedade. Frente a isso, seria interessante se essa versatilidade se transformasse em

um dos requisitos cruciais das políticas voltadas ao esporte. O que nos é sugerido é que, se a relação entre as variadas facetas do desporto é possível, também seria possível, e muito encorajador, que as políticas fossem criadas para impactar não apenas uma vertente específica, mas todas ao mesmo tempo. Acredito que os avanços seriam satisfatórios se uma das características básicas das políticas fosse girasse em torno da capacidade de se adaptar a cada um dos campos aos quais se dirige. Exemplificando, uma política voltada ao esporte deveria levar em consideração todos os segmentos, atentando-se as especificidades de cada um.

Assim como discorreremos outrora neste trabalho, baseando-nos no texto de Maria das Graças Rua (1998), as políticas podem se dividir em três grandes grupos: as distributivas, as redistributivas e as regulatórias. Se estamos pensando em uma política que poderá impactar a sociedade, acarretando também mudanças de comportamento e mentalidade, além de reestabelecer os padrões satisfatórios de cidadania, esta política de alguma maneira deverá ser compatível com estas três vertentes. Como sabemos, as políticas regulatórias possuem caráter de normatização. Através delas, consegue-se criar ou formar opiniões, e fomentar comportamentos específicos nos cidadãos. Mas, em determinados momentos, essa política necessitará oferecer incentivos para os diversos segmentos, e esses incentivos podem ser em forma de investimento ou alocação de recursos em assuntos próprios da sociedade e que trariam benefícios para ela. Isto tornaria essa política também compatível à classe distributiva e redistributiva. Por isso, se uma política ao esporte fosse capaz de tamanha maleabilidade, possuindo características regulatórias, distributivas e redistributivas ao mesmo tempo, seria mais eficaz, na medida em que fosse capaz de transformar a opinião dos cidadãos acerca do tema, e lhes garantir benefícios e incentivos.

Transformar pensamentos e opiniões não parece ser tarefa simples. Parece, em determinados momentos e ocasiões, ser uma tarefa complexa e otimista. Nós, seres humanos, nos agarramos à rotina, e sempre que nos desviamos dela, nos incomodamos. Mas vale a pena que depositemos nossa confiança em aspectos aparentemente simplórios. Digo isto em referência ao papel assumido pelo desporto, o de ferramenta à inclusão. Mesmo que pareça difícil atribuímos tanta responsabilidade a este ramo, a tentativa se mostra muito válida. Mencionamos que existem vertentes variadas acopladas às práticas esportivas, e que os cidadãos se inserem neste contexto de variadas formas. Por esse motivo, acredito que seja importante sabermos apontar cada uma dessas divisões, assim

como suas características específicas. Entretanto, para a criação de uma política de âmbito esportivo, que seja eficaz, abrangente, igualitária e justa, necessitaríamos olhar estas subdivisões em conjunto. Em outras palavras, criar políticas específicas para grupos específicos fugiria aos padrões do que aqui propusemos. As políticas deveriam abranger todos os segmentos de maneira unificada. Imagine que você é um professor, e tenha que dar aula a quatro alunos que falam idiomas diferentes. A atitude mais correta neste caso seria ministrar a aula em um idioma universal, que pudesse ser entendido pelos quatro alunos. Dessa maneira, todos teriam a mesma oportunidade de aprendizado. Assim deveria funcionar uma política pública ideal para o desporto, universalizando os benefícios para todos os segmentos.

A nível governamental, existem incentivos importantes ao esporte. Encontramos no sitio virtual do Ministério do Esporte algumas das ações tomadas pelo governo frente a este tema. Destacam-se alguns dos requisitos que competem à Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão social:

- Coordenar, formular e implementar políticas relativas ao esporte educacional, desenvolvendo gestão de planejamento, avaliação e controle de programas, projetos e ações;
- Implantar as diretrizes relativas ao Plano Nacional de Esportes e aos Programas Esportivos Educacionais, de Lazer e Inclusão Social,
- Zelar pelo cumprimento da legislação esportiva, relativa à sua área de atuação,
- Articular-se com os demais segmentos da administração pública federal, tendo em vista a execução de ações integradas na área dos programas sociais esportivos e de lazer.

(<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/missao>, visto 28/06/2017, às 10:58 horas).

A escolha destes requisitos foi proposital, pois muito contribuem com nossas reflexões. Esses procedimentos governamentais também funcionam como combustível para a motivação dos cidadãos. Em outros termos, as ações do governo provocam reações na sociedade, e cabe ao governo garantir que estes incentivos sejam contínuos. Evidentemente, existem alguns problemas quanto aos processos que se estabelecem desde o surgimento das demandas até a implementação e avaliação delas, assim como já

analisámos. Mesmo assim, as demandas são constantes, e é cada vez mais notório o bom funcionamento das relações entre esporte e cidadania. Desprezar essa realidade é insensato.

É pertinente nos voltarmos ao fato de que existem questões políticas envolvidas em todo o processo de transformação de demandas em agenda. Pelo senso comum, acredita-se que existem interesses específicos que regem a criação das pautas governamentais, e isto se mostra claro. Retomando as ideias de RUA (1998), é possível identificar os atores envolvidos em uma política pública estabelecendo quais são os atores que possuem alguma coisa em jogo. O que Celina quer dizer é que os atores se relacionaram às políticas a partir do jogo de perdas e ganhos, pois, se acreditarem que sairão beneficiados ou prejudicados, o tema em questão facilmente se tornará prioridade para eles. (RUA, 1998)

Isto se relaciona em grande medida com o que dizem Suely Araújo e Rafael Silva (2016). Segundo o que dizem os autores, existem organizações que são capazes de adicionar maior compreensão sobre o dinamismo das propostas e dos interesses que disputam espaço na agenda política, e de agrupar interesses de várias naturezas, e adotam estratégias que extrapolam os mecanismos de *lobby*. Essas organizações discorridas pelos autores são as frentes e bancadas, e de acordo com o que dizem, atuam em prol dos interesses comuns de seus participantes. (ARAUJO; SILVA, 2016)

A partir das premissas de Araújo e Silva (2016), nos fica claro que as frentes e bancadas funcionam como atores que podem influenciar a formação de agenda. Além disto, funcionam sobre a estratégia de *Advocacy*, ou seja, suas ações estão ligadas a grupos específicos da sociedade. (ARAUJO; SILVA, 2016). Esta estratégia então se mostra forte vetor envolvido na transformação de demandas em agendas. A importância dessa questão para nosso trabalho é evidente, e hoje, dentro do Congresso, existem bancadas direcionadas ao tema esporte, que lutam pelos interesses de atletas e praticantes.

Existem outros importantes atores que atuam na formulação da agenda por meio de *Advocacy*. Podemos citar primeiramente os empresários e as marcas comerciais esportivas. A vertente econômica do esporte é bastante notória nos dias de hoje. A comercialização de atletas, as bilheterias e as vendas de materiais esportivos, geram lucros consideráveis. Temos como exemplo a empresa Nike, mundialmente conhecida. De acordo com o sítio virtual maquinadoesporte.uol.com.br, a empresa Nike

faturou, no primeiro semestre de 2016, 17, 2 bilhões de dólares, mostrando aumento de 6% no lucro. (http://maquinadoesporte.uol.com.br/artigo/nike-fatura-us-172-bilhoes-no-primeiro-semester-de-2016_31680.html, visto 22/06/2017, às 19: 34 horas). Esta grande capacidade de gerar renda e também emprego atrai a atenção daqueles que se interessam por esta vertente, ou pelo menos veem nela uma boa oportunidade.

Podemos encarar a mídia como outro dos atores determinantes no processo de criação de agenda. Mauro Betti (1999) discorre sobre o papel influenciador que a mídia exerce. Depreende-se a partir da obra do autor que, com o passar do tempo, nossa sociedade passou por grandes revoluções tecnológicas. O acesso aos mais variados veículos de informação é facilitado a cada dia. (BETTI, 1999). Paralelo a isso, o esporte tem se tornado um dos mais populares objetos de entretenimento. Os grandes eventos esportivos sempre são televisionados, com cobertura completa, a exemplo das Olimpíadas e da Copa do Mundo de Futebol. Podemos assumir que, a convivência com o esporte, que a Mídia proporciona, pode despertar a afinidade dos cidadãos com o tema. Ultimamente, tem-se notado o surgimento de afinidades por parte dos brasileiros com a Liga de Basquete Americana, a NBA. Já mencionamos neste trabalho que essa liga se tornou bastante popular no Brasil, aumentando o interesse das grandes empresas de telecomunicação. Nos deparamos com as evidências de que o terreno que a Mídia pode ocupar ultrapassa os limites de nossas mensurações. Por esses motivos, a capacidade de mobilização que possui também se torna expressiva.

Não podemos nos esquecer das organizações da sociedade civil, as Ongs. Elas exercem papel fundamental em todo o processo político de formação de interesses e opiniões, assim como de inclusão social. Partindo da premissa de que o esporte é mecanismo de inclusão e transformação, as organizações sociais voltadas ao esporte o usam como fator educacional. Podemos citar como exemplo o Instituto Esporte & Educação. Criado em 2001, a organização se caracteriza pelo atendimento direto a crianças e adolescentes em atividades esportivas e socioeducativas, e pela formação de professores. O interessante é que, de acordo com a reportagem, as práticas por parte das Ongs convergem para a estruturação de conceitos e práticas metodológicas, fundamentando um esporte que deve ser para todos, base para políticas que visam garantir os direitos constitucionais à educação, ao esporte e ao lazer, comprovando o que outrora já havíamos debatido.

(<http://www.esporteeducacao.org.br/?q=node/3>, visto 28/06/2017, às 15 e 14 horas).

Os dados apresentados neste trabalho geram uma visão otimista sobre os efeitos possíveis da associação entre esporte e inclusão social. Sua transformação em mecanismo de promoção de cidadania é cada vez mais legítima, e sua capacidade de associação com outras vertentes o torna assunto multidisciplinar. Voltamos a pergunta que iniciou este trabalho: Pode o esporte ser encarado como mecanismo de inclusão social e fomento à cidadania? A resposta nos parece agora mais clara. Mesmo sendo por lazer, por obrigação, para sustento ou para condicionamento físico, cada cidadão, em determinado momento de sua vida, vivenciará uma relação prática com o esporte. Como bem vimos, desde o ensino básico até o ensino superior, o acesso ao esporte é encorajado, e obrigatório. De acordo com os exemplos que vimos, muitos dos grandes atletas da atualidade tiveram seu primeiro contato com o esporte nas escolas, nas escolinhas, nas ruas, nos clubes, e muitas foram as razões pelas quais seguiram carreira. O que as vezes passa despercebido por nós é que estar inserido no contexto das práticas esportivas sugere uma relação que ultrapassa os interesses individuais. Em outros termos, existem inúmeras razões pelas quais as pessoas aderem às práticas esportivas, mas, independentemente de quais sejam seus objetivos, existe uma espécie de ambiente social capaz de conectá-las como atores igualitários. Esses motivos que nos possibilitam encarar o esporte como aparato eficaz de cidadania.

A rivalidade e disputa inerentes aos ambientes de práticas esportivas contribuem para a formação de seu caráter unificador. Carlos Eduardo Costa (2009), a partir da análise sobre as características de algumas das atividades esportivas executadas em torneios universitários, notou que existem relações sociais atreladas as disputas esportivas. Segundo o que discorreu, a possibilidade de realizar confrontos, colocando frente a frente totalidades semelhantes entre si, tendo em comum o fato de serem compostas por estudantes universitários, torna o esporte um potencializador da dinâmica de fusão e segmentação presente no universo estudantil. Ou seja, ao mesmo tempo em que estabelece uma briga pela vitória, colocando oponentes em disputa, também os coloca em uma situação de dependência mutua, pois necessitam de companheiros e oponentes para praticar o duelo. Ao mesmo tempo em que se separam pelo combate, se unem pelas relações de amizade e colaboração, seja por serem do mesmo time e dependerem de seus companheiros, seja pela necessidade de se ter um oponente para criar a disputa. (COSTA, 2009)

Embora não tenha sido tratada com maior ênfase nesta ocasião, existe uma parcela de cidadãos que, mesmo não praticando esporte, insere-se no ambiente social do qual falamos. Trata-se daquelas pessoas que não sentem tanta afinidade com as práticas esportivas, mas estão diretamente relacionadas a elas. Um exemplo disto é que existe boa parcela de torcedores que não possui nenhum tipo de contato com práticas esportivas, seja por falta de tempo ou por outros variados motivos, mas são grandes adeptos ao esporte. Em uma matéria exposta no sítio virtual Nexo, escrita por Beatriz Montesanti, encontramos análises interessantes. Segundo o que se discorre, o envolvimento emocional com as competições gera mudanças físicas e mentais. De acordo com um psicólogo americano, nota-se que o nível de testosterona nos torcedores aumenta ao acompanharem as disputas dos times pelos quais torcem. Isto se deve ao fato da testosterona, hormônio masculino associado também a auto estima, ser produzido em momentos de intensa competição. O interessante é que, segundo o que diz a autora, o esporte pode estar associado com a sensação de bem-estar mesmo para com aqueles que não praticam e apenas assistem. Ela ainda cita o psicólogo Daniel Wann, da Murray State University, que passou trinta anos estudando estes fenômenos. Segundo as conclusões do psicólogo, a paixão pelo esporte pode ser associada a fatores psicológicos positivos como a boa autoestima, sensação de pertencimento, confiança nos outros, e com o vigor e a energia. Novamente, nos deparamos com essa faceta social do esporte, evidenciando sua capacidade de incluir atores de características e contribuições variadas. (<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/08/22/Quais-s%C3%A3o-os-benef%C3%ADcios-mentais-de-quem-n%C3%A3o-pratica-esporte-mas-torce-muito>, visto em 26/05/2017, às 14 e 34 horas)

É interessante discorrermos sobre os aspectos gerais de uma política que seria direcionado ao setor do Esporte. Como antes dito, esta política seria eficaz se englobasse as vertentes regulatórias, distributivas e redistributivas. De acordo com o que propusemos neste trabalho, seria necessário fazer surgir em cada cidadão o interesse em se apropriar dos benefícios que a convivência com o esporte proporciona. Mas, é necessário que existam elementos burocráticos que ajudem de maneira mais incisiva para que os objetivos sejam consistentes. Por isso, através de suas características regulatórias, essa política seria capaz de mudar o pensamento das pessoas frente a este assunto.

O fato de possuir também características distributivas e redistributivas aumenta a probabilidade de sucesso desta política. Em outros termos, se parte do

orçamento governamental for direcionado a esta política, garantindo melhores condições para que a política, sua eficácia seria mais provável. Primeiro porque existiriam recursos a serem aplicados, e também alocados como incentivos aos segmentos. O orçamento previsto para outros setores seria equiparado com este setor específico, garantido também que haja maior equilíbrio entre os investimentos.

Outro aspecto determinante nesta política seria sua abrangência. Não basta que as dimensões do esporte sejam evidenciadas, elas devem ser analisadas de acordo com sua natureza, para que a política possa se encaixar de maneira positiva com todas estas vertentes.

Existem setores que trabalham como atores em relação as políticas para o esporte. Um exemplo disto são as grandes e pequenas marcas esportivas, os empresários, entre outros. A atuação destes segmentos é determinante para o sucesso dessa política que acreditamos ser ideal para o esporte. A oportunidade oferecida para que as pessoas comprem a camisa do time pelo qual torcem, ou a chuteira do jogador que admiram, por exemplo, contribuem de maneira positiva para a popularização do esporte, e consequentemente, para a efetivação de políticas voltadas para este setor.

A capacidade que possui de se relacionar com as questões sociais é importante e irrefutável. Seria interessante que políticas esportivas estabelecessem contato com outras atividades promotoras de cidadania. Citamos exemplos neste trabalho de como o esporte foi usado como mecanismo da cidadania. Os projetos sociais que envolvem o esporte, assim como as escolinhas na periferia, os projetos criados por ex-jogadores, bolsa de estudos por desempenho esportivo, entre outros exemplos, contribuem para que a política se consolide.

Seria vantajoso confiarmos na responsabilidade evidente que o desporto possui. Uma das questões que podem ser levantadas é justamente sobre o que nos falta para que nos apropriemos das benesses que ele pode garantir. A preferência para o uso dessa fonte renovável de cidadania deve ser encorajada com mais vigor, para que se crie dentro das pessoas a consciência de que os resultados finais são vantajosos, de acordo com o que cotidianamente nos é exposto. Os impactos da utilização desta estratégia social são notórios em nossa sociedade, mais ainda existem muitos espaços para atuações e reformulações.

É necessário que existam incentivos a nível governamental. Sabe-se que, atualmente, existem diversas ações por parte do governo em prol do esporte. Leis de incentivo, bolsa para atletas, espaços públicos de prática e interação, entre outras, fazem parte das atividades que já se estabeleceram para o fomento das práticas. Em contrapartida, como mencionamos anteriormente, as demandas geradas pela sociedade são maiores do que a capacidade de gerenciamento delas. As demandas que são criadas longe dos grandes centros e dos olhares mais incisivos, chamadas por mim de demandas fantasma, precisam ganhar maior visibilidade frente às ações governamentais. É inevitável que se crie um contexto de segregação a partir desta não percepção, o que seria contraditório, visto que nossas conclusões nos levaram a crer que a prática do esporte implica em inclusão e mudança dos padrões de vida. Sendo assim, o problema com que temos que lidar é o da legitimação das práticas como aparato de cidadania e inclusão. A partir da confirmação de seus benefícios para a sociedade, e da incisiva e constante participação de todos os atores envolvidos, é bem possível que nos aproximarmos de melhores contextos, sociais, culturais e políticos, renovando os padrões de cidadania.

CONCLUSÃO

A partir dos dados apresentados e das análises feitas, podemos chegar à conclusão de que o desporto pode e deveria ser encarado como mecanismo constante de promoção de cidadania e inclusão social. As variadas facetas que possui o tornam cada vez mais acessível, seja no âmbito escolar, no âmbito profissional, nas brincadeiras de rua, ou na busca de condicionamento físico. O fato é que as relações sociais que pode ocasionar são bastante vantajosas para os cidadãos.

Existem lacunas que precisam ser preenchidas. Ainda encontramos problematizações no que se refere a aproximação das demandas com a ação governamental. Percebe-se que os assuntos de formulações de agendas políticas ainda seguem um jogo de interesses, e que muitas vezes as escolhas da agenda são elitizadas, ou centralizadas. As demandas fantasmas, que foram tratadas durante o trabalho, devem ser percebidas, e devem receber o tratamento ideal. Se o desporto realmente é um objeto de inclusão, resgate social e mudança de vida, a responsabilidade e os recursos atribuídos a ele devem ser mais expressivos.

É interessante sempre estarmos atentos às dimensões que o esporte possui. Ele pode ser relacionado ao negócio, ao lazer, à educação e a inclusão. Mesmo que para objetivos diferentes, consegue inserir as pessoas em um contexto de socialização. Citamos exemplos de atletas que hoje são mundialmente conhecidos, medalhistas em grandes eventos, mas que começaram suas carreiras em situações precárias, precisando buscar sustento em meio à rotina. Isto nos comprova que existe um fator transformador atrelado ao esporte, que proporciona mudanças de realidade.

O aspecto transformador do esporte também se evidencia longe das práticas de alto rendimento e profissionais. As práticas regulares de esporte podem gerar mudança de comportamento. Como vimos, as crianças e adolescentes que praticavam o esporte regularmente apresentavam mudança de temperamento, mostrando-se mais calmas. Isto evitava que mantivessem práticas ilícitas, como por exemplo o vandalismo.

Doravante, é necessário que haja maior investimento estatal, através políticas que maximizem os benefícios e melhorias que o esporte garante. Existem leis de incentivo ao esporte, recursos direcionados ao bolsa atleta, entre outros investimentos.

Mas, existem outras demandas em meio a sociedade, que também precisam ser atendidas. Alguns exemplos disto são as escolinhas de várzea, os projetos sociais gerenciados por ONGs, os clubes, as academias. Muitos deles se mantêm através de arrecadações de fundos, ajudas de parceiros e também de patrocínios. Algo precisa garantir-lhes continuidade, sustentação, e o governo deveria ser um dos atores responsáveis por isto.

Dito isto, cabe agora refletirmos cada vez mais sobre a importância do desporto em nossas relações diárias, e pensarmos em maneiras práticas de utilizá-lo como aparato de inclusão e democratização. Muito já se caminhou até aqui, mas ainda há um longo caminho a percorrer até que a utilização do esporte como recurso da sociedade seja mais natural. Mesmo assim, o cenário gerado pelas interações esportivas-sociais é visto com olhar otimista, de que mais cedo ou mais tarde o deporto vai ser colocado no seu devido lugar, e elevado a seu merecido nível de importância.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de; SILVA, Rafael Silveira e. **“Frentes e bancadas parlamentares: uma proposta teórico-metodológica e de agenda de pesquisa”**. Paper apresentado no 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Belo Horizonte, 2016.

_AZEVEDO, Paulo Henrique. **“O esporte como Negócio: uma visão sobre a gestão do esporte nos dias atuais”**. Estudos, Goiânia, v. 36, n. 9/10, p. 929-939, set/out. 2009.

_BETTI, Mauro. **“Educação Física, Esporte e Cidadania”**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte 20 (2 e 3), abril/setembro 1999.

_CARVALHO; NÓBREGA; LAZZOLI; MAGNI; REZENDE; DRUMMOND; OLIVEIRA; ROSE; ARAÚJO; TEIXEIRA. **“Posição oficial da Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte: atividade física e saúde”**. Revista Brasileira de Medicina Esportiva: Vol. 2, Nº 4 – Out/Dez, 1996

_COSTA, Carlos Eduardo. “

_FERREIRA, Ana Claudia de Azevedo. **“A prática do esporte como prevenção ao vandalismo e formação para cidadania”**. Brasília, 2007. TCC (Especialização) – Universidade de Brasília. Centro de Ensino à Distância, 2007.

_JUNIOR, Renildo Rossi; ALENCAR, Rosilene; REIS, André; LIÃO, Mary; PEREIRA, Antônio. **“Inclusão social através do Desporto. Estudo do programa “Pintando a Liberdade e Cidadania”, em Feira de Santana, Bahia – Brasil”**. Licere, Belo Horizonte, v.17, n.3, set/2014

_MELO, Marcelo Paula de. **“Lazer, Esporte e Cidadania: debatendo a nova onda do momento”**. Movimento, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p.105-122, maio/agosto de 2004.

_RUA, Maria das Graças. **“Análises de Políticas Públicas: Conceitos Básicos”**. 1998.

_SAWITZKI, Rosalvo Luis. **“Políticas Públicas para Esporte e Lazer: para além do calendário de eventos esportivos”**. Licere, Belo Horizonte, v.15, n.1, mar/2012.

_SOUZA, Celina. **“Políticas Públicas: uma revisão da literatura”**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20 – 45.

LINKS

<http://www.ebc.com.br/2012/09/ompi-esporte-pode-contribuir-para-desenvolvimento-socioeconomico-do-brasil>, visto 28/06/2017, às 00:19 horas.

<http://www.ebc.com.br/2012/09/ompi-esporte-pode-contribuir-para-desenvolvimento-socioeconomico-do-brasil>, visto 28/06/2017, às 00:19 horas.

<http://globoesporte.globo.com/jogos-pan-americanos/noticia/2015/07/pan-da-superacao-atletas-venceram-dificuldades-para-brilhar-no-esporte.html>, visto em 22/05/2017, às 15:54 horas.

<http://portal.mec.gov.br/pnaes/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12962-educacao-fisica-obrigatoriedade-da-disciplina>, visto 28/06/2017, às 00:38 horas.

redeglobo.com/acao/noticia/2013/10/por-meio-do-esporte-ongs-de-todo-o-pais-promovem-inclusao-social.html, visto 30/05/2017, às 19:32 horas.

<https://nahipermedia.wordpress.com/2009/05/16/esporte-amador-destaca-a-determinacao-dos-atletas/>, visto 28/06/2017, às 01:06 horas.

<http://www.portalmidiaesporte.com/2017/05/fox-sports-comemora-crescimento-e.html>, visto 28/06/2017, às 10:40 horas.

<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Dilemas/noticia/2012/05/o-basquete-quer-ser-o-2-esporte-do-brasil.html>, visto 02/06/2017, às 20:32 horas.

<https://www.foxsports.com.br/photos/14801/all-top-10--as-transferencias-mais-caras-do-futebol-mundial>, visto 06/06/2017, às 17:12.

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/04/1876179-obesidade-avanca-60-em-dez-anos-mas-numero-fica-estavel-em-2016.shtml>, visto 06/06/2017, às 17:40 horas.

<http://mercadopopular.org/2016/08/o-fracasso-do-fome-zero-e-o-sucesso-do-bolsa-familia/>, visto 28/06/2017, às 10:30 horas.

<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/missao>, visto 28/06/2017, às 10:58 horas.

http://maquinadoesporte.uol.com.br/artigo/nike-fatura-us-172-bilhoes-no-primeiro-semester-de-2016_31680.html, visto 22/06/2017, às 19: 34 horas.

<http://www.esporteeducacao.org.br/?q=node/3>, visto 28/06/2017, às 15 e 14 horas.

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/08/22/Quais-s%C3%A3o-os-benef%C3%ADcios-mentais-de-quem-n%C3%A3o-pratica-esporte-mas-torce-muito>, visto em 26/05/2017, às 14 e 34 horas.